Caso "Papéis do Pentágono" é bom precedente para Assange
Carlos Eduardo Lins da Silva

O histórico de sucesso da imprensa em julgamentos na suprema corte é expressivo e deve se manter

Se a jurisprudência não mudar, é pequena a chance de Julian Assange ser punido pelo vazamento de documentos do Departamento de Estado [americano].

Há 39 anos, a Suprema Corte tomou uma decisão simples e clara ao julgar o caso do jornal "The New York Times" contra o governo dos EUA (à época presidido por Richard Nixon), que lhe havia imposto censura prévia para impedir a publicação dos chamados Papéis do Pentágono.

Ela foi: o governo não pode, legalmente, obstar a divulgação de notícias com conteúdo que considere lesivo à segurança ou aos objetivos nacionais.

O voto vencedor do juiz Hugh Black dizia que, "ao revelar as decisões do governo com relação à Guerra do Vietnã... (o "Times" e outros jornais) realizaram de maneira nobre o que os autores da Constituição haviam esperado (que a imprensa fizesse)".

O caso dos Papéis do Pentágono guarda tanto similaridades quanto diferenças em relação ao do WikiLeaks.

Em 13 de junho de 1971, o "New York Times" começou a publicação de uma série de reportagens sobre documentos secretos do Departamento de Defesa dos EUA sobre a Guerra do Vietnã.

Os documentos haviam sido preparados a pedido do ex-secretário de Defesa Robert McNamara, que desejava ver respostas a "cem questões sujas" sobre a ação de diversos governos dos EUA no Sudeste Asiático.

Um dos analistas na elaboração das respostas, Daniel Ellsberg, retirou páginas dos relatórios, as copiou e entregou a um jornalista do "Times". Disse ter feito isso por se sentir revoltado com as várias mentiras que descobriu haverem sido ditas aos americanos ao longo de 25 anos.

Ellsberg foi processado por roubo, espionagem e conspiração. Mas, em 1973, um juiz federal descartou as acusações porque as provas apresentadas haviam sido obtidas de maneira ilegal.

Se a acusação contra o soldado Bradley Manning, suspeito de ter passado os documentos ao WikiLeaks, não cometer erros similares aos do processo contra Ellsberg, é possível que ele venha a ser condenado. Nada da decisão da Suprema Corte de 1971 alivia a situação de quem rouba documentos secretos.

Talvez se queira argumentar que o WikiLeaks não é imprensa e, por isso, não está sob o abrigo da Primeira Emenda Constitucional, suporte jurídico da decisão de 1971. Mas é difícil provar que Assange não esteja exercendo jornalismo em seu site.

Claro que há diferenças entre os dois casos. Os Papéis do Pentágono eram focados num tema específico (os do WikiLeaks são dispersos), o acesso ao material copiado por Ellsberg era mais limitado (agora, estavam num sistema partilhado por mais de 2 milhões de funcionários), os relatórios de então estavam classificados como mais secretos que os atuais.

Uma possível diferença é que os Papéis do Pentágono não colocavam em risco a segurança individual de ninguém, já que se referiam a incidentes já superados e eram mais teóricos do que os do WikiLeaks, que revelam alguns nomes de pessoas que conversaram com diplomatas americanos sobre temas sensíveis em países perigosos e que podem, em tese, sofrer represálias pelo que alegadamente disseram.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

Nas audiências diante da Suprema Corte em 1971, um dos juízes perguntou ao advogado do "Times" o que o jornal teria feito se o conteúdo ameaçasse a vida de soldados americanos e recebeu a resposta de que os editores não o teriam publicado.

De qualquer modo, o histórico de sucesso da imprensa em julgamentos na Suprema Corte dos EUA, em especial em situações de publicação de informações obtidas de forma ilegal, é expressivo e deve se manter.

Como disse o juiz Black há quase 40 anos: "Só uma imprensa livre e sem restrições pode, de modo eficaz, expor ao público a ocorrência de engodos no governo".

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 06 dez. 2010, Primeiro Caderno, p. A14.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais